

Dinâmicas do agronegócio no MATOPIBA: Um estudo de caso das transformações socioespaciais em Luís Eduardo Magalhães (BA)

Daniel Féo Castro de Araújo¹ - Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6345-346X>
Fernando Luiz Araújo Sobrinho² - Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1815-8677>

¹ Universidade de Brasília– UnB, Brasília (DF), Brasil*

² Universidade de Brasília– UnB, Brasília (DF), Brasil**

Artigo recebido em 03/10/2025 e aceito em 27/03/2026

RESUMO

Este artigo tem como objetivo geral analisar o processo de territorialização do agronegócio na fronteira do MATOPIBA, tomando o município de Luís Eduardo Magalhães (BA) como estudo de caso, para compreender as reconfigurações socioespaciais, os impactos ambientais e as dinâmicas urbanas decorrentes. O problema de pesquisa origina-se da consolidação do MATOPIBA como a última fronteira agrícola nacional, um projeto geopolítico e econômico que promove uma integração forçada do Cerrado, gerando financeirização da terra, concentração fundiária e profundas reconfigurações socioespaciais. A metodologia adotada é de natureza qualitativa e descritivo-analítica, baseando-se predominantemente em análise documental e levantamento de dados secundários de fontes como IBGE e CONAB, complementada por revisão bibliográfica crítica e análise geoespacial com QGIS, cobrindo majoritariamente o período de 2000 a 2024. Os principais resultados evidenciam: 1) intensa reconfiguração socioespacial, com crescimento populacional de 79,53% (2010-2022) e taxa de urbanização superior a 97%; 2) expansão e intensificação da soja, com a área plantada saltando de 75.973 ha (2000) para 197.277 ha (2024); 3) drástica redução da vegetação nativa do Cerrado; 4) formação de uma "cidade do agronegócio" funcional ao capital global, marcada por segregação socioespacial e "economia da pobreza"; 5) aprofundamento de contradições inerentes ao modelo de desenvolvimento hegemônico, baseado na acumulação por espoliação e na especialização primária.

Palavras-chave: agronegócio; fronteira agrícola; Luís Eduardo Magalhães; reconfiguração socioespacial.

* Bolsista de Pós-Doutorado Júnior (PDJ) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processo nº 171976/2023-1. Doutor em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Ciências Sociais, com ênfase em Sociologia, Ciência Política e Antropologia, e graduado em Geografia (bacharelado e licenciatura) pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: daniel.feo@gmail.com

** Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Atualmente é Professor Associado do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (UnB) e dos Programas de Pós-Graduação em Geografia (PPGEA) e Mestrado Profissional em Geografia (PROFGEO) da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: flasobrinho@gmail.com



Agribusiness Dynamics in MATOPIBA: A Case Study of Socio-Spatial Transformations in Luís Eduardo Magalhães, Bahia

ABSTRACT

This article's general objective is to analyze the process of agribusiness territorialization in the MATOPIBA frontier, using the municipality of Luís Eduardo Magalhães (BA) as a case study to understand the resulting socio-spatial reconfigurations, environmental impacts, and urban dynamics. The research problem stems from the consolidation of MATOPIBA as the nation's last agricultural frontier, a geopolitical and economic project that promotes the forced integration of the Cerrado, generating land financialization, land concentration, and profound socio-spatial reconfigurations. The methodology is qualitative and descriptive-analytical, based predominantly on document analysis and secondary data from sources such as IBGE and CONAB, complemented by a critical bibliographic review and geospatial analysis using QGIS, covering mainly the period from 2000 to 2024. The main results show: 1) intense socio-spatial reconfiguration, with a population growth of 79.53% (2010-2022) and an urbanization rate exceeding 97%; 2) expansion and intensification of soybean cultivation, with the planted area jumping from 75,973 ha (2000) to 197,277 ha (2024); 3) drastic reduction of native Cerrado vegetation; 4) the formation of an agribusiness city functional to global capital, marked by socio-spatial segregation and an "economy of poverty"; 5) the deepening of contradictions inherent to the hegemonic development model, based on accumulation by dispossession and primary specialization.

Keywords: agribusiness; agricultural frontier; Luís Eduardo Magalhães; socio-spatial reconfiguration.

Dinámicas del agronegocio en MATOPIBA: Un estudio de caso de las transformaciones socioespaciales en Luís Eduardo Magalhães, Bahia

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo general analizar el proceso de territorialización del agronegocio en la frontera de MATOPIBA, tomando el municipio de Luís Eduardo Magalhães (BA) como estudio de caso, para comprender las reconfiguraciones socioespaciales, los impactos ambientales y las dinámicas urbanas resultantes. El problema de investigación se origina en la consolidación de MATOPIBA como la última frontera agrícola nacional, un proyecto geopolítico y económico que promueve la integración forzada del Cerrado, generando financiarización de la tierra, concentración de la propiedad y profundas reconfiguraciones socioespaciales. La metodología adoptada es de naturaleza cualitativa y descriptivo-analítica, basándose predominantemente en el análisis documental y la recopilación de datos secundarios de fuentes como el IBGE y la CONAB, complementada con una revisión bibliográfica crítica y análisis geoespacial con QGIS, abarcando principalmente el período 2000-2024. Los principales resultados evidencian: 1) una intensa reconfiguración socioespacial, con un crecimiento poblacional del 79,53% (2010-2022) y una tasa de urbanización superior al 97%; 2) la expansión e intensificación del cultivo de soja, con la superficie cultivada saltando de 75.973 ha (2000) a 197.277 ha (2024); 3) una drástica reducción de la vegetación nativa del Cerrado; 4) la formación de una "ciudad del agronegocio" funcional al capital global, marcada por la segregación socioespacial y una "economía de la pobreza"; 5) la profundización de las contradicciones inherentes al modelo de desarrollo hegemónico, basado en la acumulación por desposesión y la especialización primaria.

Palabras clave: agronegocio; frontera agrícola; Luís Eduardo Magalhães; reconfiguración socioespacial.

Introdução

A Marcha para o Oeste, lançada por Getúlio Vargas na década de 1940 sob o lema desbravar e povoar, representou um projeto nacional de integração territorial que visava ocupar o vazio demográfico do Cerrado (Santos, 2002; Egger, 2023). Esta iniciativa, marcada pela abertura de estradas como a BR-020 (Santos, 2022) e por incentivos à pecuária extensiva, pavimentou simbólica e fisicamente o caminho para a posterior apropriação econômica do bioma (Araújo; Sobrinho, 2026a). Tal evento histórico não foi um episódio isolado, mas a gênese de uma lógica político-econômica que seria radicalmente intensificada décadas depois: a transformação do Cerrado em uma fronteira de acumulação capitalista (Martins, 1997; Araújo; Sobrinho, 2026b).), na qual o Estado atua como agente fundamental na preparação do território para a entrada do capital agroexportador (Elias, 2011; Egger, 2023; Frederico; Nascimento, 2024). Dessa forma, a situação atual do MATOPIBA¹ não é um fenômeno novo, mas a culminância desse projeto de longo prazo, agora atualizado pelas tecnologias da Revolução Verde (Delgado, 2012; Silva, 2024) e pela financeirização global da terra (Frederico; Nascimento, 2024; Egger, 2023; Harvey, 2013).

Para contextualizar essa trajetória de longa duração, observa-se que os ciclos de expansão de fronteiras agrícolas baseadas em *commodities* para o mercado externo são uma constante na história econômica brasileira (Black, 2015; Santos, 2022; Araújo; Sobrinho, 2025). desde os engenhos de açúcar no Nordeste colonial até as plantations de café no Vale do Paraíba (Pompeia, 2021). O que distingue a fronteira contemporânea do MATOPIBA dessas experiências históricas, contudo, é a velocidade, a escala e o caráter técnico-científico-informacional de sua produção (Santos; Silveira, 2001; Busca, 2024; Egger, 2023). Enquanto os ciclos anteriores dependiam majoritariamente da ampliação da superfície cultivada e da exploração intensiva de mão de obra (Marx, 1985), o avanço atual sobre o Cerrado associa a incorporação de novas áreas a ganhos explosivos de produtividade via pacotes tecnológicos (Silva, 2024; Delgado, 2012), conformando o que se pode denominar uma fronteira intensiva (Sauer, 2024; Frederico; Nascimento, 2024). Essa comparação evidencia que, apesar da mudança nos meios técnicos, a essência do modelo de desenvolvimento — baseado na especialização primária (Osório, 2012; Carneiro, 2012) e na subordinação do território a fluxos globais (Harvey, 2011; Sassen, 2016) — permanece, aprofundando antigas assimetrias

¹ Acrônimo que designa uma porção do território brasileiro, compreendida como uma região de planejamento (CASTILLO; BERNARDES, 2019), envolvendo áreas predominantemente de Cerrado dos estados do Maranhão, Piauí e Bahia e todo o estado do Tocantins. Disponível em: Matopiba - Portal Embrapa. Acesso em: nov. 2025.

regionais (Haesbaert, 1997) e criando contradições socioambientais (Svampa, 2013; Alves, 2015; Frederico; Almeida, 2019).

É precisamente nesse contexto histórico-estrutural que se insere a investigação proposta. Este artigo tem como objetivo geral analisar o processo de territorialização do agronegócio na fronteira MATOPIBA, tomando o município de Luís Eduardo Magalhães (BA) como estudo de caso, para compreender as reconfigurações socioespaciais, os impactos ambientais e as dinâmicas urbanas decorrentes da consolidação deste modelo produtivo.

O problema de pesquisa, por sua vez, origina-se da consolidação do MATOPIBA enquanto última fronteira agrícola nacional (Egger, 2023; Busca, 2020; Araújo; Sobrinho, 2025), um projeto geopolítico e econômico iniciado na década de 1970 (Delgado, 2012; Egger, 2023) e intensificado a partir dos anos 2000 (Frederico; Nascimento, 2024; Pompeia, 2021), que promoveu a integração forçada do Cerrado por meio de políticas de modernização agrícola (Delgado, 2012; Ioris, 2016; Araújo; Sobrinho, 2026a), crédito subsidiado (Egger, 2023) e expansão da infraestrutura logística (Santos, 2022; Frederico; Nascimento, 2024; Araújo; Sobrinho, 2026b). Como principal efeito, essa dinâmica tem gerado uma profunda reconfiguração socioespacial (Haesbaert, 1997; Alves, 2015; Araújo; Sobrinho, 2026a), caracterizada pela financeirização da terra (Frederico; Nascimento, 2024; Araújo; Sobrinho, 2025), concentração fundiária (Alentejano, 2022; Oliveira, 2024), expansão de monocultivos em larga escala (Alves, 2020) e o surgimento de enclaves urbanos funcionais ao agronegócio (Elias, 2011; Busca, 2020). Diante desse cenário, o estudo enfrenta a seguinte questão: de que maneira a territorialização do agronegócio no MATOPIBA materializada no caso de Luís Eduardo Magalhães (BA), articula crescimento econômico com a produção de desigualdades socioespaciais (Elias, 2022) e a degradação ambiental, redefinindo as relações entre campo, cidade e natureza na fronteira agrícola contemporânea (Martins, 1997; Harvey, 2004; Castillo et al., 2016)?

Para alcançar o objetivo proposto, esta pesquisa adotou uma abordagem metodológica de natureza qualitativa e descritivo-analítica, articulando diferentes procedimentos técnicos para examinar o processo de territorialização do agronegócio no MATOPIBA, com recorte espacial no município de Luís Eduardo Magalhães (BA). Partindo do pressuposto de que o município representa um território emblemático e representativo da fronteira agrícola moderna, o que permite a compreensão detalhada de dinâmicas socioespaciais mais amplas.

Para tanto, os procedimentos metodológicos basearam-se predominantemente em análise documental e no levantamento de dados secundários. Como fontes primárias de evidências, foram

utilizados dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – para informações censitárias populacionais (2010 e 2022) e malhas territoriais –, da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2025) – para séries históricas de área plantada, produção e produtividade agrícola (período de 2009/10 a 2023/24) –, e do Anuário Safra da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA). Simultaneamente, a análise da dinâmica do uso e cobertura da terra apoiou-se em dados geoespaciais, com elaboração de cartografia temática no software QGIS 3.40, utilizando base referencial do IBGE e imagens de satélite para a composição do mapa de localização.

No que diz respeito ao recorte temporal, o estudo abrange majoritariamente o período de 2000 a 2024. Essa delimitação justifica-se por corresponder ao ciclo de intensificação e consolidação do agronegócio na região, marcado pela emancipação política do município (2000) e pela recente expansão das *commodities* (Araújo; Sobrinho, 2025). Esse diálogo com a literatura especializada permitiu contextualizar e interpretar as transformações identificadas à luz de quadros teóricos consolidados da Geografia Agrária e Econômica.

Para sintetizar essas dimensões, realizou-se uma análise integrada de conteúdo, cruzando os dados quantitativos, espaciais e a literatura especializada. O objetivo central dessa etapa foi correlacionar a expansão agrícola com as reconfigurações demográficas, urbanas e ambientais, tal como proposto nos objetivos específicos. Dessa forma, a triangulação de fontes e técnicas buscou garantir robustez analítica e consistência interpretativa para a discussão dos resultados.

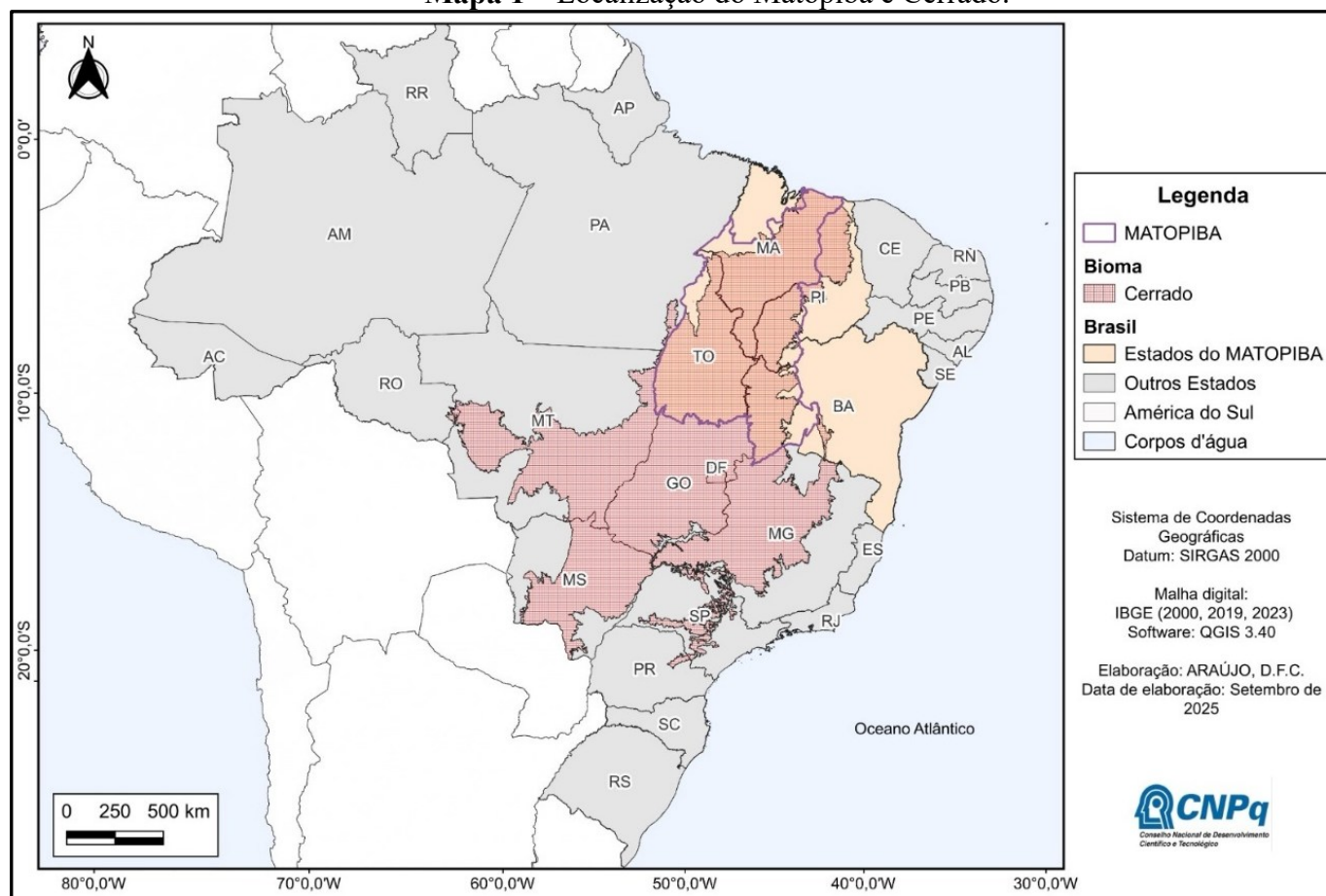
O MATOPIBA: Contextualização Geopolítica e Econômica da Última Fronteira Agrícola

O MATOPIBA – acrônimo que reúne Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia – consolidou-se como a última grande fronteira agrícola do país (Gomes; Leite, 2024; Araújo; Sobrinho, 2025). Seu surgimento não foi espontâneo, mas resultado de um projeto geopolítico e econômico conduzido desde a década de 1970 (Egger, 2023) e intensificado nos anos 2000 (Marques, 2024). Esse processo foi sustentado por um discurso oficial de “integração nacional” e “modernização” do Cerrado (Alves, 2022), então retratado como “vazio demográfico” e “imenso vazio produtivo” (Lopes, 2024). Por trás dessa retórica, contudo, prevaleceu o objetivo de expandir o capital agroexportador para novas áreas, em um momento em que os tradicionais polos agrícolas do Centro-Sul já enfrentavam esgotamento dos solos e elevação dos custos produtivos (Bühler, 2024; Gomes; Leite, 2024).

A viabilização dessa fronteira contou com forte intervenção estatal. Abertura de estradas, crédito subsidiado e políticas de incentivo direcionaram os fluxos de ocupação (Pompeia, 2021). O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), por exemplo, desempenhou papel decisivo ao financiar insumos industriais e estimular a adoção do novo modelo produtivo (Azerêdo, 2024; Araújo; Sobrinho, 2022). Nesse contexto, difundiu-se o paradigma da modernização agrícola, inspirado na Revolução Verde, que transformou radicalmente o Cerrado (Lima, 2020). Entre as inovações centrais estavam a correção intensiva do solo (Pompeia, 2021), o desenvolvimento de cultivares adaptadas pela Embrapa, como a soja tropical (Blanco et al., 2021), e o uso de maquinário avançado, incluindo equipamentos guiados por GPS (Azerêdo, 2024). Essas técnicas permitiram a produção em larga escala em áreas até então consideradas pouco produtivas (Alves, 2022).

A consolidação institucional ocorreu em 2015, quando o Decreto nº 8.447 criou oficialmente a “Região do MATOPIBA”, estabelecendo uma diretoria de planejamento territorial vinculada ao Ministério da Agricultura (BRASIL, 2015). A medida marcou a região como prioritária para investimentos em infraestrutura logística – rodovias, ferrovias e portos – e em pesquisa, sobretudo com a atuação da Embrapa no desenvolvimento de tecnologias agrícolas (Pompeia, 2021; Marques, 2024; Araújo; Sobrinho, 2026a). De acordo com o (mapa 1), o MATOPIBA está inserido majoritariamente no bioma Cerrado (91%), com porções menores de Amazônia (7,3%) e Caatinga (1,7%) (Cardoso; Lottermann, 2024; Leite et al., 2024). O Cerrado, segundo maior bioma da América do Sul e reconhecido como *hotspot* global de biodiversidade, tornou-se peça-chave para a expansão da fronteira agrícola nacional (Lima, 2020).

Mapa 1 – Localização do Matopiba e Cerrado.



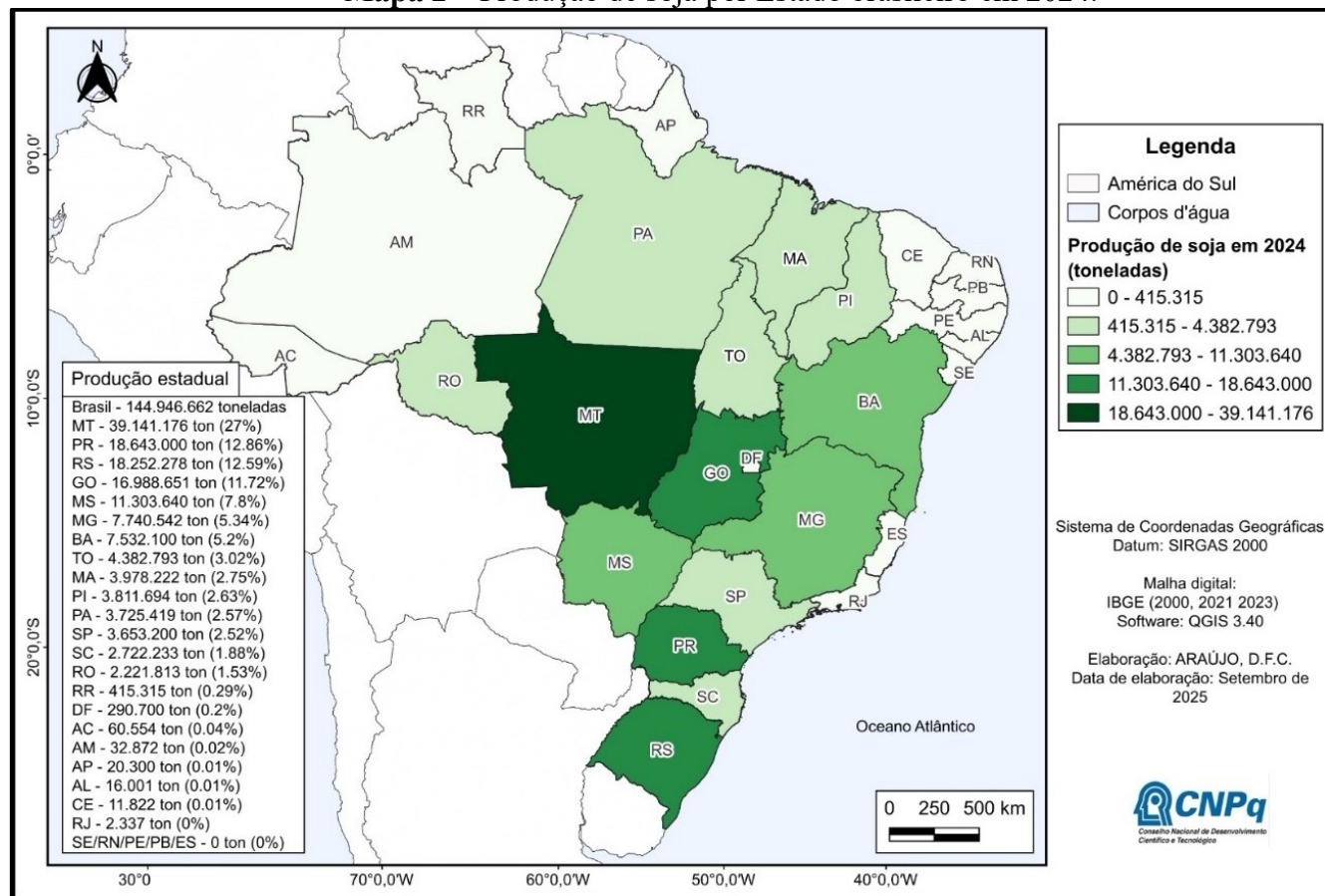
Elaboração: (Araújo, 2025).

É nessa região que se concentra parte significativa da produção que colocou o Brasil na liderança mundial de soja. A safra 2022/2023, de 154,6 milhões de toneladas, garantiu ao país mais de 50% das exportações globais da oleaginosa, gerando US\$ 46,6 bilhões em 2022 (CONAB, 2025). Esse desempenho decorre de um processo iniciado nos anos 1970, baseado em políticas públicas e no avanço tecnológico da Embrapa, que deslocaram a fronteira agrícola rumo ao Centro-Oeste e, mais tarde, ao MATOPIBA. Com isso, o Brasil interiorizou a produção agrícola e redefiniu sua geografia territorial.

Essa configuração espacial pode ser analisada no (Mapa 2), os dados de produção evidenciam a centralidade do Mato Grosso, responsável por 39,1 milhões de toneladas em 2024, o equivalente a 27% da produção nacional (CONAB, 2025), seguido por Paraná (12,86%) e Rio Grande do Sul (12,59%). Já o MATOPIBA, se considerado isoladamente, ocuparia a quinta posição entre os maiores produtores globais, com 18,5 milhões de toneladas em 2022/2023, cerca de 12,3% do total brasileiro (Marques, 2024). Essa

expressiva contribuição revela a heterogeneidade territorial do país, marcada pela coexistência de áreas consolidadas de produção intensiva e novas zonas de expansão (Elias, 2024; Bühler, 2024).

Mapa 2 – Produção de soja por Estado brasileiro em 2024.



Elaboração: (Araújo, 2025).

A competitividade da região depende fortemente da infraestrutura de escoamento. O MATOPIBA conta com 35 aeroportos públicos e 160 privados, além de 41 portos fluviais, utilizados em complemento aos portos de Itaqui (MA) e Ilhéus (BA), estratégicos para a exportação (Pompeia, 2021). No modal ferroviário, destaca-se a Ferrovia Norte-Sul, já em operação, enquanto projetos como a FIOLE, a Transnordestina e a FICO buscam ampliar a integração logística (Brugnera et al., 2017). Apesar desses avanços, o transporte rodoviário continua predominante, especialmente em áreas do Tocantins, Piauí e oeste baiano, onde novas estradas vêm sendo abertas. A Figura 1 ilustra a passagem desta ferrovia pela região do MATOPIBA:

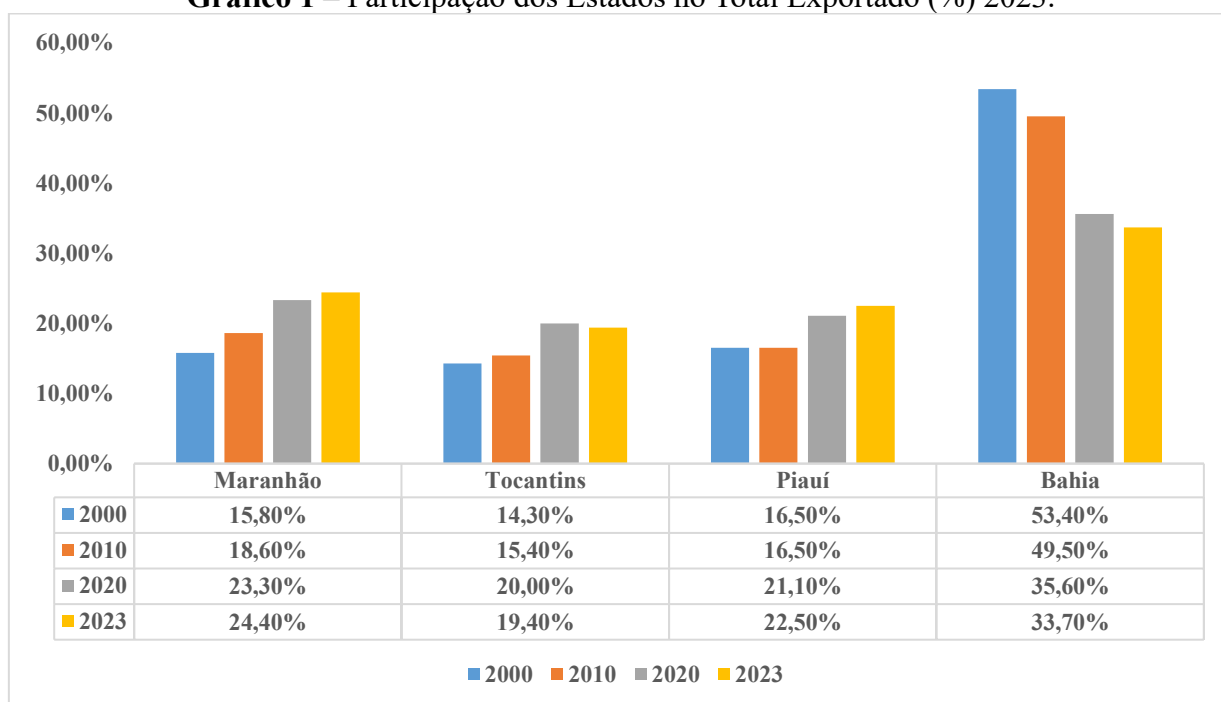
Figura 1 – Passagem da Ferrovia Norte-Sul no MATOPIBA.



Fonte: Portal Centro Oeste Brasil, 2014.

Essa rede logística fortalece a competitividade agrícola e impulsiona cadeias complementares, como processamento de alimentos, armazenamento e serviços logísticos, gerando emprego e arrecadação. Ainda assim, os benefícios se distribuem de forma desigual. Conforme demonstra o (Gráfico 1), em 2023, a Bahia respondeu por 34% das exportações do MATOPIBA, seguida por Maranhão (24%), Piauí (23%) e Tocantins (19%). A hegemonia baiana reflete tanto a maior consolidação do seu complexo agroexportador quanto vantagens logísticas históricas, enquanto os demais estados, embora em expansão, ocupam posição secundária. Esse quadro confirma as assimetrias do desenvolvimento regional e evidencia a diversidade interna do bloco.

Gráfico 1 – Participação dos Estados no Total Exportado (%) 2023.



Fontes: SECEX/MDIC, IBGE, CONAB (2023). Elaborado pelos autores, (2025).

A posição de liderança da Bahia no MATOPIBA decorre de um processo de expansão e intensificação da produção de soja que combina avanço territorial e ganhos de eficiência. Como ilustram os dados da (Tabela 1) entre as safras de 2009/10 e 2023/24, a área plantada praticamente dobrou, passando de 1,04 para quase 2 milhões de hectares, o que reflete a incorporação de novas áreas do Cerrado ao cultivo. Mais expressivo, contudo, foi o crescimento da produção, que saltou de 3,1 para 7,6 milhões de toneladas no mesmo período. Esse descompasso entre área e produção indica que o dinamismo baiano não se explica apenas pelo alargamento da fronteira agrícola, mas também por ganhos consistentes de produtividade.

Após uma fase inicial de ajustes, marcada por oscilações até a safra 2014/15, os índices produtivos avançaram de forma significativa, superando 3.800 kg/ha na safra mais recente. Esse desempenho sinaliza a consolidação de um modelo técnico-intensivo, ancorado em sementes geneticamente adaptadas, práticas de manejo avançado e correção sistemática do solo. Assim, a primazia baiana no contexto regional não se apoia apenas na expansão territorial, mas sobretudo na capacidade de elevar a eficiência do parque agroindustrial, consolidando-se como referência no padrão tecnológico do agronegócio moderno.

Tabela 1 - Evolução da Cultura de Soja na Bahia: Área, Produção e Produtividade (2009/10 a 2023/24)
(Em mil hectares, mil toneladas e kg/ha).

Safra	Área (mil ha)	Produção (mil t)	Produtividade (kg/ha)
2009/10	1.043,9	3.110,5	3.060
2014/15	1.526,9	4.180,68	2.940
2019/20	1.620,0	6.122,0	3.779
2023/24	1.979,2	7.574,4	3.827

Fonte: (Conab, 2025). Elaborado pelos Aurores, (2025).

A intensificação técnica da sojicultura na Bahia encontra sua expressão mais clara no Oeste Baiano, principal polo produtor do estado e base de sua hegemonia no complexo exportador do MATOPIBA. Ao analisar a (Tabela 2), entre as safras 2009/10 e 2022/23, a área plantada nessa sub-região passou de 1,05 para 1,86 milhão de hectares, confirmando-a como uma fronteira agrícola dinâmica e em expansão. Mais relevante, porém, foi a evolução da produção, que saltou de 3,2 para 7,5 milhões de toneladas no mesmo período, resultado que não pode ser explicado apenas pela incorporação de novas áreas.

Tabela 2 - Evolução da Soja no Oeste Baiano

Ano Safra	Área (mil ha)	Produção (mil t)	Produtividade (sc/ha)
2009/2010	1.050	3.213	51,0
2014/2015	1.420	4.174	49,0
2019/2020	1.620	6.026	62,0
2022/2023	1.860	7.477	67,0

Fonte: Anuário Safra AIBA 2022/2023 (p. 11). Elaborado pelos Aurores, (2025).

Após um período inicial de ajustes, marcado por leve recuo na produtividade, o Oeste Baiano consolidou um notável avanço técnico, elevando o rendimento médio de 51 para 67 sacas por hectare. Esse desempenho revela a plena adoção de um modelo produtivo intensivo em tecnologia, caracterizado pelo

uso de sementes adaptadas, correção sistemática do solo e práticas de manejo avançado. Nesse sentido, os dados regionais não apenas reforçam a trajetória estadual, mas também demonstram, de forma concreta, que a liderança da Bahia no MATOPIBA resulta menos da simples expansão territorial e mais da crescente eficiência de seu parque agroindustrial.

O MATOPIBA não apenas como uma fronteira agrícola (Egger, 2023; Busca, 2020; Martins, 1997), mas como um projeto geopolítico e econômico consolidado por meio de intervenção estatal (EGGER, 2023; Frederico; Nascimento, 2024; Pompeia, 2021), inovação tecnológica (Silva, 2024; Araújo; Sobrinho, 2023) e infraestrutura logística (Santos, 2022; Busca, 2020). Dados como a produção de 18,5 milhões de toneladas de soja na safra 2022/2023 – que colocariam a região isoladamente como o quinto maior produtor global (CONAB, 2023) – e a centralidade da Bahia, responsável por 34% das exportações em 2023, evidenciam a relevância econômica do território. Essas informações não apenas quantificam a importância do MATOPIBA para o agronegócio nacional, mas também estabelecem as premissas para se compreender as dinâmicas internas de expansão produtiva (Spagnolo et al., 2012; Frederico; Nascimento, 2024; Araújo; Sobrinho, 2026b) e desigualdades regionais (Haesbaert, 1997; Svampa, 2019; Macedo; Stoffel; Veloso, 2024). A exposição de que a competitividade depende de eixos logísticos como a Ferrovia Norte-Sul e portos estratégicos (Santos, 2022; Pompeia, 2021), somada aos indicadores de crescimento populacional e urbano (Alves et al., 2021; Elias, 2011), demonstra a intrincada relação entre modelo produtivo, reorganização espacial e impactos socioambientais (Egger, 2023; Svampa, 2019; Harvey, 2004; Frederico; Almeida, 2019), conferindo robustez analítica e urgência temática à pesquisa.

Com base nessa contextualização macro, a sessão delineia a necessidade de descer à escala local para compreender como esse projeto se materializa concretamente (Egger, 2023; Frederico; Almeida, 2019; Frederico; Nascimento, 2024). A transição para o estudo de caso justifica-se pela menção às assimetrias internas (Haesbaert, 1997; Svampa, 2013), às cidades do agronegócio (Elias, 2011, 2024; Busca, 2024), que não podem ser totalmente apreendidos apenas por estatísticas regionais. Dessa forma, os resultados apresentados – especialmente a consolidação de um “espaço vertical” integrado a fluxos globais (Santos; Silveira, 2001) em detrimento de dinâmicas locais (Perez, 2010; Furtado, 1983) – exigem uma análise microterritorial que revele os mecanismos de produção do espaço (Harvey, 2005; Santos, 2018; Egger, 2023) e as contradições inerentes ao modelo (Marx, 1985; Harvey, 2013; Egger, 2023).

Luís Eduardo Magalhães: A produção de um território do agronegócio no Matopiba

A emancipação do município de Luís Eduardo Magalhães em 2000 representa a consolidação de um intenso processo de reconfiguração territorial no Oeste da Bahia, impulsionado pela expansão da fronteira agrícola moderna sobre o Cerrado (Busca, 2020). Esse processo, acelerado a partir da década de 1980 por meio de políticas estatais como o POLOCENTRO, atraiu um significativo fluxo migratório de produtores capitalizados do Sul e Sudeste do país (Egger, 2023).

Tais investimentos reordenaram o espaço regional segundo os princípios de uma agricultura científica e globalizada, característica do que Milton Santos definiu como meio técnico-científico-informacional (Santos, 2006). Dessa forma, uma região anteriormente dominada pela pecuária extensiva transformou-se em um polo nacional de produção de *commodities*, como soja, milho e algodão (Santos, 2022).

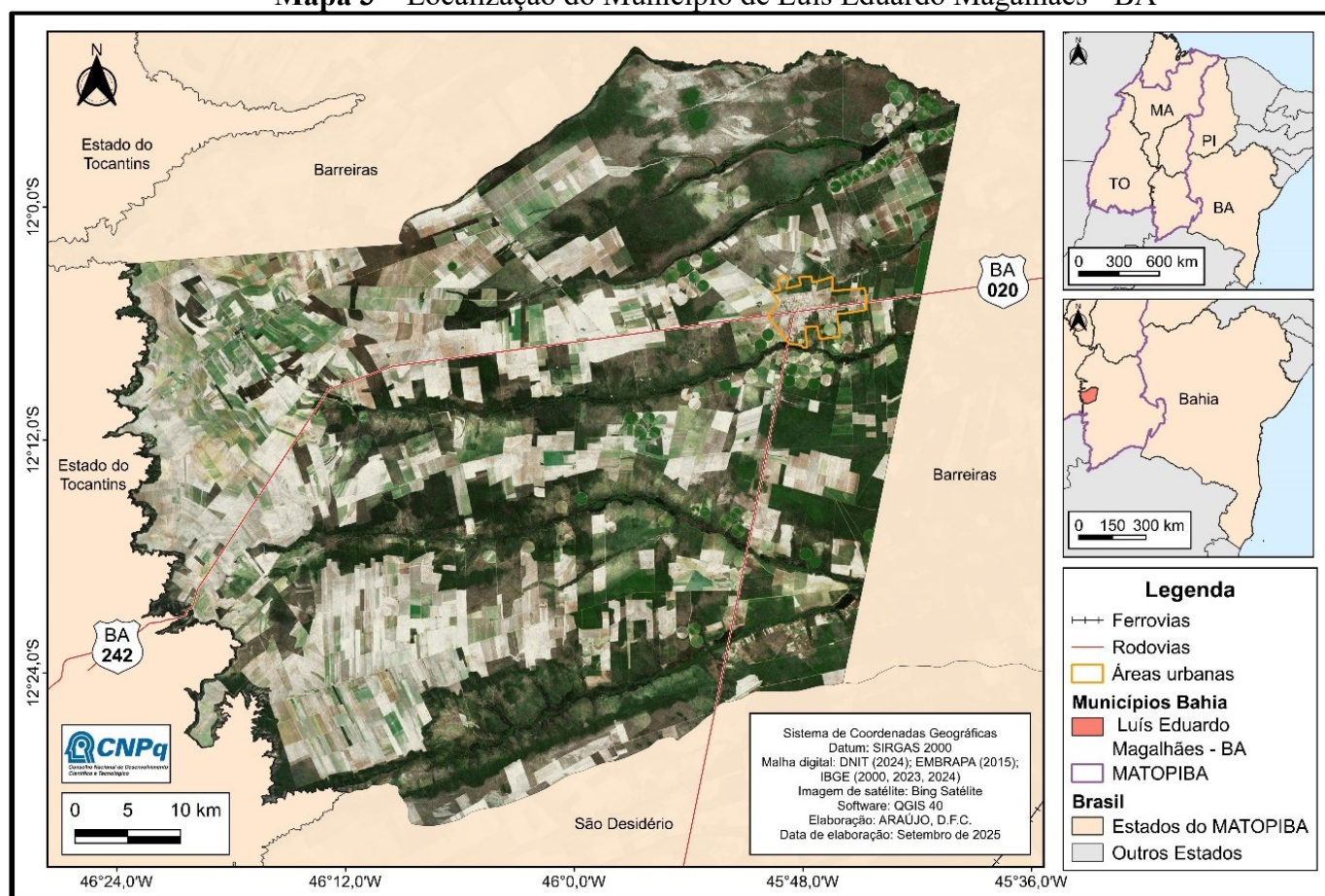
Nesse contexto, o povoado de Mimoso do Oeste, originado em torno de um posto de gasolina que atendia à nova dinâmica econômica, experimentou um crescimento acelerado (Alves et al., 2021). Em 1996, o local já exibia características urbanas, com quase 10.000 habitantes, abrigando a sede da Ceval e três agências bancárias, o que evidenciava sua função como um enclave do agronegócio (Elias, 2011). No entanto, essa pujante realidade econômica contrastava com sua frágil condição político-administrativa, uma vez que o povoado sequer possuía status de distrito do município de Barreiras (Alves et al., 2021).

A consolidação desse novo poder territorial avançou em 1998, quando o povoado teve seu nome alterado para Luís Eduardo Magalhães. O projeto, liderado pela deputada estadual Jusmari Terezinha de Oliveira (PFL) – partido historicamente alinhado aos interesses ruralistas –, constituiu uma homenagem póstuma ao deputado federal falecido naquele ano (Pompeia, 2021; Alentejano, 2022). A emancipação política foi finalmente concretizada pela Lei Estadual N° 7.619, de 30 de março de 2000, criando o município (Busca, 2020).

Esse ato materializou a ascensão de uma "cidade do agronegócio" (Elias, 2011; Castillo et al., 2016), um nó estratégico na rede da região de planejamento do MATOPIBA (Egger, 2023). Simultaneamente, a emancipação aprofundou as contradições inerentes ao modelo, manifestas na formação de uma "economia da pobreza" urbana (Lopes; Lima; Reis, 2021), na exploração de mão de obra migrante (Rocha; Feliciano; Foschiera, 2024) e no acirramento de conflitos fundiários e hídricos com comunidades tradicionais expropriadas (Frederico; Almeida, 2019).

Conforme ilustra o Mapa 3, o município está inserido na região do MATOPIBA, um importante fronteira agrícola nacional (Alves et al., 2021). Sua localização estratégica é reforçada pela malha viária, com destaque para a BR-020, que liga Barreiras a Brasília, e a BR-242, que conecta a região a Salvador (Santos, 2022). Com uma área territorial de 4.014 km², o município limita-se ao norte e leste com Barreiras, do qual se desmembrou, ao sul com São Desidério e a oeste com o estado do Tocantins (Alves et al., 2021; Busca, 2020).

Mapa 3 – Localização do Município de Luís Eduardo Magalhães - BA



Elaboração: (Araújo, 2025).

A infraestrutura logística local é continuamente ampliada por investimentos significativos, muitos deles custeados por produtores rurais em parceria com associações como a AIBA e a ABAPA (Egger, 2023). A pavimentação de vias como a Linha dos Pivôs, a Estrada do Café e a Linha Nova América visa garantir o escoamento eficiente da produção agrícola, reduzindo custos logísticos e fortalecendo a competitividade regional (Santos, 2022; Egger, 2023). Essa contínua manutenção e expansão da malha viária consolida Luís

Eduardo Magalhães como um dos principais hubs logísticos do agronegócio baiano (Elias, 2022; Busca, 2020).

A partir da segunda metade do século XX, com maior intensidade nas décadas de 1980 e 1990, o Oeste da Bahia experimentou um ciclo migratório impulsionado pela abertura de uma fronteira agrícola pioneira. Esse fluxo foi marcado pela chegada majoritária de produtores rurais do Sul do Brasil, oriundos de regiões agrícolas já consolidadas, em busca de terras disponíveis na região. A combinação da oferta de terras, incentivos públicos e crédito rural (Egger, 2023) foi decisiva para a ocupação inicial de áreas que dariam origem a municípios como Luís Eduardo Magalhães (Alves et al., 2021). Conforme documentado por Egger (2023), esses migrantes foram agentes fundamentais na modernização da agricultura local, reorganizando espacialmente o território e introduzindo técnicas agronômicas avançadas, como a correção dos solos ácidos do Cerrado e a mecanização.

Posteriormente, a partir dos anos 2000, consolidou-se um segundo ciclo migratório com características distintas. Nesta fase, os vetores de atração deslocaram-se da simples aquisição de terras para as oportunidades geradas pela economia agroindustrial já consolidada (Alves et al., 2021). A oferta de empregos diretos nas agroindústrias, a expansão dos serviços ligados à cadeia do agronegócio e o crescimento da infraestrutura logística passaram a atrair a população (Busca, 2020; Santos, 2022).

Esse novo fluxo está intrinsecamente associado a um processo de intensa urbanização (Alves, 2020; Elias, 2011), que se manifesta na expansão de zonas residenciais e no agravamento da segregação socioespacial (Haesbaert, 1997; Lopes; Lima; Reis, 2021). Cabe destacar que a atração exercida pelo polo agroindustrial de Luís Eduardo Magalhães é diversificada, captando tanto trabalhadores de origem rural quanto trabalhadores urbanos de outras regiões (Alves et al., 2021), os quais são atraídos pelos postos de trabalho em agroindústrias e nos setores de serviços, transporte e comércio vinculados ao agronegócio (Busca, 2020; Elias, 2024).

A análise dos dados censitários de Luís Eduardo Magalhães-BA entre 2010 e 2022 evidencia os efeitos da transição nos ciclos migratórios e do padrão de desenvolvimento regional. Os números revelam uma intensa reestruturação produtiva e territorial característica de regiões integradas ao modelo hegemônico do agronegócio (Alves et al., 2021; Busca, 2024). O crescimento populacional total de 79,53%, acompanhado pela expansão da população urbana (91,09%) e pela redução de 41,79% da população rural, reflete a consolidação de um padrão baseado na concentração fundiária (Alentejano, 2022; Egger, 2023),

mecanização extensiva (SANTOS, 2022) e diminuição da demanda por trabalho no campo (Alves et al., 2021).

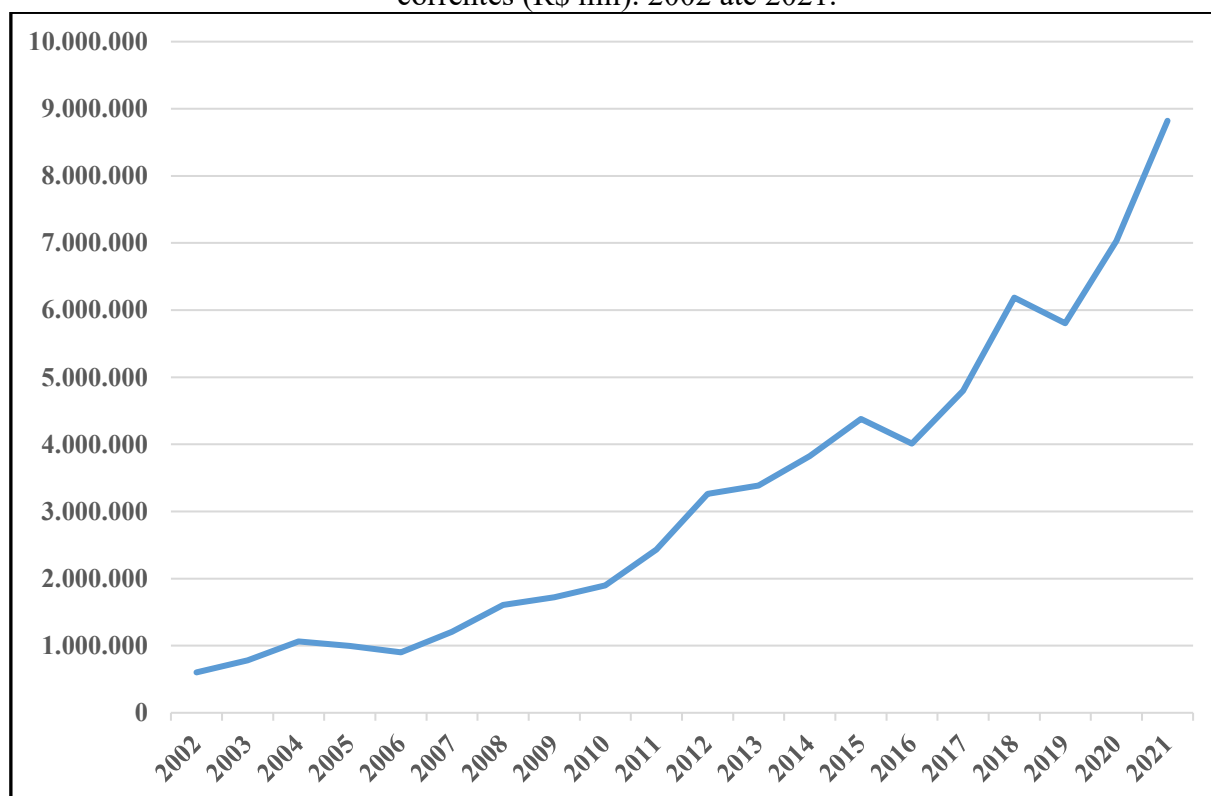
Tabela 3- Evolução da População de Luís Eduardo Magalhães-BA (2010–2022).

Situação do Domicílio	2010 (Censo)	2022 (Censo)	Variação Absoluta	Variação Percentual
Total	60.105	107.909	+47.804	+79,53%
Urbana	54.881	104.868	+49.987	+91,09%
Rural	5.224	3.041	–2.183	–41,79%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2022. Elaborado pelos Aurores, (2025).

A reconfiguração demográfica em Luís Eduardo Magalhães materializa-se espacialmente por meio de uma urbanização acelerada, com a taxa de urbanização elevando-se de 91,31% para 97,18% entre 2010 e 2022. Esse crescimento está intrinsecamente vinculado à expansão econômica impulsionada pelo agronegócio, como evidenciado pela trajetória ascendente do PIB agropecuário municipal, que saltou de R\$ 602 mil em 2002 para R\$ 8,8 milhões em 2021. Esse expressivo crescimento econômico consolida a formação de uma periferia regional funcional à dinâmica do capital agroexportador (SANTOS, 2022), onde a cidade assume o papel de espaço privilegiado para a reprodução da força de trabalho (SANTOS, 2018).

Gráfico 2 - Os dados do PIB do setor agropecuário em Luís Eduardo Magalhães (BA), em preços correntes (R\$ mil). 2002 até 2021.



Fonte: IBGE, 2021. Elaborado pelos Aurores, (2025).

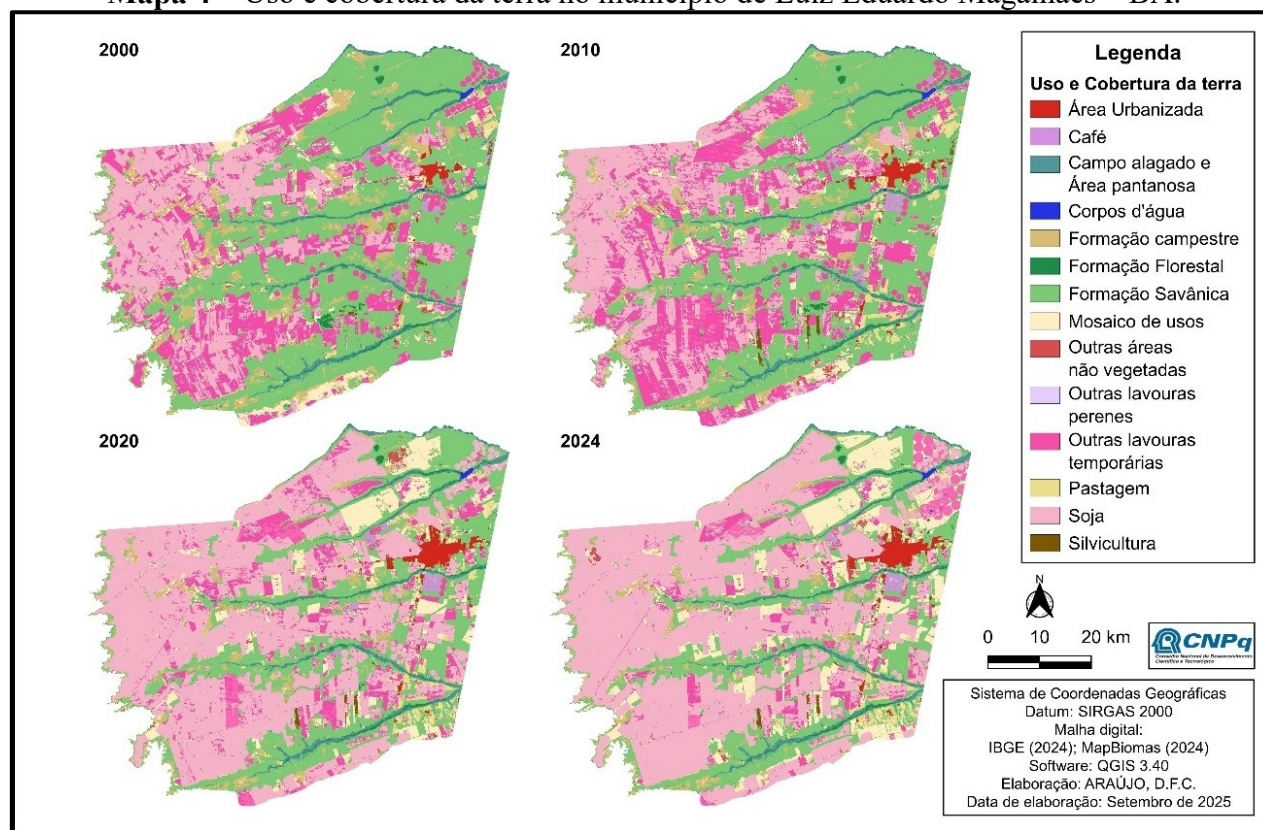
Este processo concentra tanto trabalhadores rurais residuais quanto população marginalizada dos circuitos formais de emprego (Lopes; Lima; Reis, 2021), em um contexto marcado pela precarização laboral e expansão de serviços de baixo custo (Araújo, 2022). Configura-se, assim, o fenômeno das cidades do agronegócio, caracterizado pela interpenetração entre fronteira agrícola e malha urbana (Elias, 2011; Alves, 2015), gerando territórios híbridos e estruturalmente assimétricos (HAESBAERT, 1997). Dessa forma, o declínio da população rural representa não apenas uma mudança estatística, mas uma transformação radical com implicações profundas para a governança territorial, a sustentabilidade e a justiça socioambiental (Sauer, 2024; Santos, 2022).

A análise integrada dos dados quantitativos com o mapa de uso e cobertura da terra em Luís Eduardo Magalhães (BA) confirma um processo intenso de reconfiguração territorial, que articula a expansão da fronteira agrícola com a financeirização da natureza (Frederico; Nascimento, 2024). Nesse sentido, a cidade é apontada como um exemplo de localidade cujo desenvolvimento está intrinsecamente ligado ao

crescimento das atividades do agronegócio, possuindo funções urbanas e dinâmicas econômicas totalmente voltadas para esse setor (Lima, 2020).

A expressão mais visível dessa dinâmica é o avanço da sojicultura — que expandiu de 75.973,84 ha (2000) para 197.277,47 ha (2024) —, o qual consolida um modelo de produção orientado para o mercado global (Lima, 2020). Esse padrão caracteriza o que Milton Santos (1996) denomina de "espaço vertical", integrado por fluxos externos de capital e tecnologia, em contraposição a dinâmicas locais (Silva, 2024). Cabe destacar que a produção de soja se tornou a cultura agrícola principal do país, impulsionada por metas de exportação e concentrada em novas fronteiras, como o bioma Cerrado, sendo favorecida pelo apoio de recursos públicos e pela disponibilidade de terras a baixos preços para grandes produtores (Alves, 2024).

Mapa 4 – Uso e cobertura da terra no município de Luiz Eduardo Magalhães – BA.



Elaboração: (Araújo, 2025).

A análise integrada dos dados demográficos com o mapa de uso e cobertura da terra em Luís Eduardo Magalhães (BA) confirma um intenso processo de reconfiguração territorial, que articula a expansão da fronteira agrícola com a financeirização da natureza (Frederico; Nascimento, 2024). O

município consolida-se como um exemplo emblemático de localidade cujo desenvolvimento está intrinsecamente vinculado ao agronegócio, com funções urbanas e dinâmicas econômicas totalmente orientadas para esse setor (Lima, 2020). A expressão mais visível dessa dinâmica é o avanço da sojicultura, que expandiu de 75.973,84 hectares em 2000 para 197.277,47 hectares em 2024, consolidando um modelo de produção voltado para o mercado global (Lima, 2020). Este padrão caracteriza o que Milton Santos (1996) denominou de "espaço vertical", integrado por fluxos externos de capital e tecnologia em contraposição às dinâmicas locais (Silva, 2024).

Esse processo de territorialização opera mediante a conversão de ecossistemas nativos, com drástica redução das Formações Savânicas (de 178.515,68 ha para 84.399,23 ha) e Campestres (de 30.160,85 ha para 12.282,13 ha), substituindo biodiversidade por monocultivos (Leite; Sátiro; Sauer, 2024). Neste contexto, o Cerrado tem sido transformado em uma "zona de sacrifício" para o agronegócio, onde a perda de biodiversidade e a degradação da paisagem são justificadas pela geração de riqueza econômica (Bühler, 2024). Tal processo ilustra a modernização conservadora (MARQUES, 2024), na qual o avanço técnico não altera a estrutura fundiária concentrada, mas aprofunda a especialização produtiva em commodities (Silva, 2024). Conforme salienta Sauer (2024), essa modernização envolve a tecnificação da produção e a capitalização de grandes proprietários, consolidando a concentração de terras em vez de promover sua redistribuição.

A transformação do uso do solo em Luís Eduardo Magalhães consolida um padrão de commoditização do espaço rural, no qual a terra assume predominantemente a função de ativo financeiro (Frederico; Nascimento, 2024) e suporte para cadeias globais de valor (Marques, 2024). Os dados da Tabela 4 ilustram claramente essa tendência: enquanto a soja expandiu de 150.000 ha em 2001 para 221.116 ha em 2024, e o algodão herbáceo passou de 4.124 ha para 18.329 ha no mesmo período, culturas alimentares básicas registraram forte declínio. A mandioca, por exemplo, reduziu-se a apenas 93 hectares em 2024, ante 520 hectares em 2001, evidenciando a vulnerabilidade dos sistemas alimentares locais frente à hegemonia das commodities (Lopes; Lima; Reis, 2021).

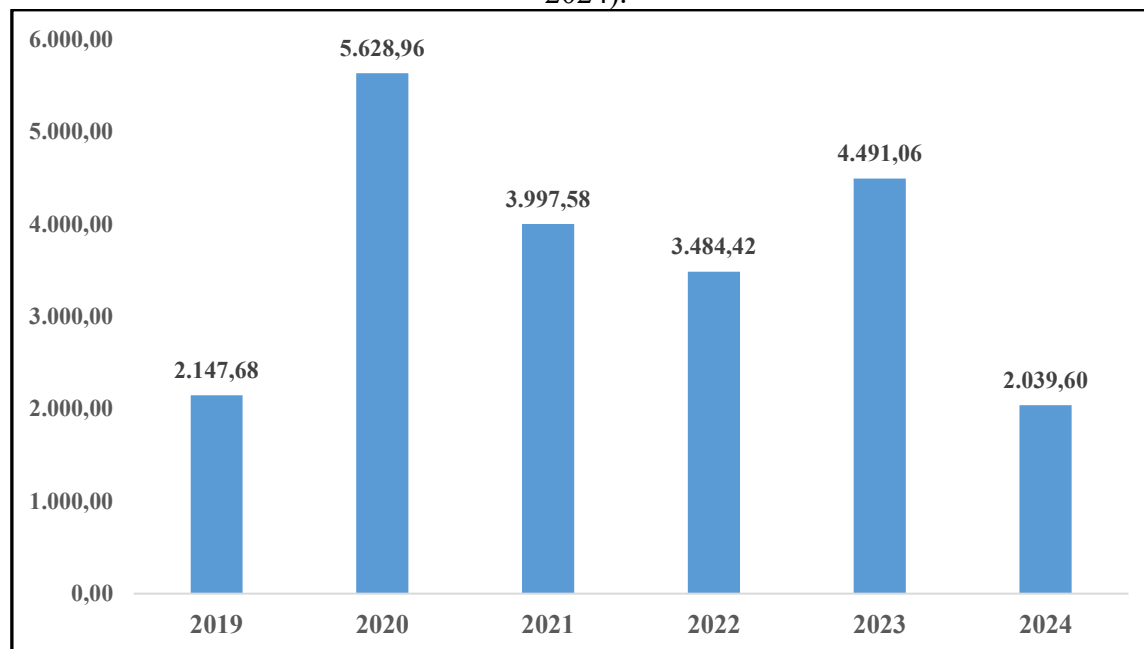
Tabela 4 - A evolução histórica da área plantada (em hectares) das principais culturas agrícolas em Luís Eduardo Magalhães – BA entre 2001 e 2024.

Ano	Soja (em grão)	Algodão herbáceo (em caroço)	Feijão (em grão)	Mandioca
2001	150.000	4.124	4.900	520
2005	127.903	20.037	1.820	—
2010	130.900	9.551	5.811	280
2015	140.000	29.813	23.337	—
2020	162.200	16.513	6.800	88
2024	221.116	18.329	6.800	93

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal (2024). Elaborado pelos Aurores, (2025).

A formação desses "*green deserts*" (Egger, 2023), é uma expressão crítica usada para descrever paisagens rurais que, embora verdes, foram ecologicamente esvaziadas pela expansão de monoculturas em larga escala — como as de soja, algodão, cana-de-açúcar e eucalipto — e que se manifestam concretamente na pressão contínua sobre os ecossistemas nativos, conforme evidenciado pela dinâmica do desmatamento em Luís Eduardo Magalhães entre 2019 e 2024. (Tabela 5). Os dados revelam um padrão oscilante, porém consistente, com a pressão antrópica associada à expansão agropecuária. O pico de 5.628,96 hectares desmatados em 2019 foi seguido por uma queda até 2021 (3.484,42 ha), possivelmente reflexo de ciclos econômicos ou políticas de controle, com novo aumento em 2022 (4.491,06 ha). A redução para 2.039,60 ha em 2024 pode indicar tanto a saturação das áreas passíveis de conversão quanto o efeito de mecanismos de regulação ambiental. Apesar das flutuações, o acumulado do período consolida a substituição de extensas áreas de vegetação nativa, aprofundando a contradição entre rentabilidade econômica e degradação socioambiental nesta fronteira agrícola do Matopiba (Sauer, 2024; Oliveira, 2024).

Tabela 5: Evolução da Área de Desmatamento (em hectares) em Luís Eduardo Magalhães (BA) (2019–2024).



Fonte: MapBiomas Alerta, (2024). Elaborado pelos Aurores, (2025).

A análise revela com precisão como a fronteira agrícola se consolida em escala local (Martins, 1997; Egger, 2023) por meio de um intenso processo de reconfiguração socioespacial e ambiental (OLIVEIRA, 2022). Os dados demográficos são elucidativos: entre 2010 e 2022, o município registrou um crescimento populacional de 79,53%, acompanhado por uma explosão da urbanização (91,09%) e um declínio acentuado da população rural (-41,79%). Essa dramática transição, articulada à expansão da área plantada de soja de 75.973 ha para 197.277 ha entre 2000 e 2024, materializa a tese das cidades do agronegócio (Elias, 2011; Castillo et al., 2016; Busca, 2024), na qual a cidade funciona como um nó de apoio logístico e espaço de reprodução da força de trabalho para o capital agroexportador (Harvey, 2011; Osório, 2012; Pompeia, 2021). Os resultados apresentados – como a formação de uma "economia da pobreza" (Lopes; Lima; Reis, 2021; Sassen, 2016), a pressão antrópica sobre o Cerrado (com perda de mais de 50% das formações savânicas) e a substituição de culturas alimentares por commodities (Alves et al., 2021; Lopes; Lima; Reis, 2021; Marques, 2024) – demonstram que o "milagre" da produtividade está intrinsecamente vinculado a profundas contradições (Svampa, 2019; Egger, 2023). Dessa forma, a seção não apenas confere

concretude analítica ao fenômeno macro do MATOPIBA, ao exemplificá-lo em um território específico (Miranda; Magalhães; Carvalho, 2014; Egger, 2023), mas também potencializa a pesquisa ao evidenciar os custos socioambientais inerentes ao modelo de desenvolvimento hegemônico (Sauer, 2024; Lopes; Lima; Reis, 2021).

Considerações Finais

Em primeiro lugar, é importante destacar que a investigação realizada confirma ter alcançado seus objetivos mediante uma abordagem metodológica que articulou análise documental, dados secundários e revisão bibliográfica crítica. A análise demonstra como a territorialização do agronegócio no MATOPIBA (Bonfim, 2019; Egger, 2023; Pereira; Pauli, 2019), tomando o município de Luís Eduardo Magalhães (BA) como estudo de caso, promove uma profunda reconfiguração socioespacial (Haesbaert, 1997; Alves, 2015; Egger, 2023).

Esse processo se manifesta de forma multifacetada. No âmbito socioeconômico e urbano, consolida-se por meio de uma urbanização funcional ao capital agroexportador (Elias, 2011; Busca, 2020; Osório, 2012), com um crescimento populacional de 79,53% entre 2010 e 2022 e uma taxa de urbanização superior a 97%. Paralelamente, os impactos ambientais são quantificáveis pela expansão da área cultivada com soja – que saltou de 75.973 hectares para 197.277 hectares entre 2000 e 2024 – e pela drástica redução das formações savânicas e campestres, evidenciando a substituição de ecossistemas nativos por monoculturas. No plano urbano, as dinâmicas observadas são caracterizadas pela formação de uma economia da pobreza (Lopes; Lima; Reis, 2021; Sassen, 2016), segregação socioespacial (Haesbaert, 1997; Elias, 2022) e dependência de fluxos globais (Santos; Silveira, 2001; Harvey, 2011; Sassen, 2016), o que confirma a hipótese de que o crescimento econômico nesta fronteira está intrinsecamente vinculado à produção de desigualdades e à degradação socioambiental (Svampa, 2019; Sauer, 2024; Egger, 2023; Lopes; Lima; Reis, 2021).

Para além da confirmação empírica, os resultados obtidos para Luís Eduardo Magalhães materializam e corroboram críticas centrais do debate teórico da Geografia Agrária sobre as fronteiras modernas (Martins, 1997; Oliveira, 2024). A intensa reconfiguração socioespacial observada – marcada pelo crescimento urbano explosivo associado ao declínio da população rural – confirma a tese de Milton Santos sobre a formação de um "espaço vertical", no qual o território é reorganizado por fluxos externos de

capital e tecnologia, em detrimento de dinâmicas locais (Santos; Silveira, 2001; Santos, 1996). Esse processo evidencia, de maneira contundente, o que autores como Harvey (2004) conceptualizam como "acumulação por espoliação" (Harvey, 2004; Egger, 2023; Alentejano, 2022), onde a financeirização da terra (Frederico; Nascimento, 2024; Egger, 2023; Gomes; Leite, 2024) converte o Cerrado em uma "zona de sacrifício" para a acumulação capitalista (Svampa, 2019; Bringel; Svampa, 2023).

Nesse contexto, os achados demonstram que a chamada "modernização conservadora" (Delgado, 2012; Egger, 2023) aprofunda a concentração fundiária (Oliveira, 2024; Alentejano, 2022) e a especialização produtiva em commodities (Osório, 2012; Carneiro, 2012), gerando o fenômeno descrito na literatura como cidades do agronegócio: cidades funcionais ao agronegócio que concentram, simultaneamente, riqueza exportadora e uma periferia marginalizada (Elias, 2024; Lopes; Lima; Reis, 2021; Sassen, 2016). Dessa forma, o caso estudado não é uma exceção, mas a expressão concreta de um modelo hegemônico de desenvolvimento (Svampa, 2013; Delgado, 2012) que reproduz e intensifica assimetrias, subordinando o território à lógica do capital financeiro globalizado (Frederico; Nascimento, 2024; Harvey, 2013).

Não obstante a robustez das evidências apresentadas, é importante reconhecer as limitações metodológicas inerentes à abordagem adotada. A dependência predominante de fontes secundárias oficiais, como dados do IBGE e da CONAB, embora indispensável para a análise em escala macro, pode não capturar totalmente a complexidade das dinâmicas locais e as percepções dos atores sociais diretamente envolvidos. A ausência de trabalho de campo sistemático com aplicação de entrevistas ou grupos focais com trabalhadores rurais, pequenos produtores e comunidades tradicionais limitou a capacidade de aprofundar as nuances dos conflitos territoriais e dos processos de marginalização. Ademais, o recorte temporal selecionado (2000-2024), ainda que abrangente, prioriza a fase de intensificação do agronegócio, deixando em segundo plano análises de mais longo prazo sobre a transformação socioecológica do Cerrado. Ressalta-se que tais restrições não invalidam os resultados, mas sinalizam caminhos para pesquisas futuras.

Precisamente a partir desses resultados e limitações, abrem-se perspectivas para investigações futuras. Como desdobramentos diretos, sugere-se a realização de estudos de caráter etnográfico ou com uso de entrevistas em profundidade, capazes de capturar as experiências e estratégias dos atores locais impactados pela territorialização do agronegócio. De modo complementar, investigações comparativas entre diferentes municípios do MATOPIBA poderiam elucidar com maior clareza as especificidades regionais e os arranjos territoriais envolvidos. Outra frente relevante reside no acompanhamento detalhado

dos circuitos financeiros e das cadeias globais de valor que sustentam a produção de commodities. Por fim, estudos de longo prazo sobre a degradação ambiental e a resiliência socioecológica no Cerrado são urgentes para avaliar a sustentabilidade do modelo vigente. Em conjunto, essas abordagens podem enriquecer a crítica geográfica às fronteiras agrícolas, incorporando dimensões micropolíticas, comparativas e transescalares.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio da concessão de Bolsa de Pós-Doutorado Júnior (PDJ), processo nº 171976/2023-1.

Agradecemos aos pareceristas anônimos pelos valiosos comentários e sugestões, que contribuíram significativamente para o aprimoramento deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, D. F. C. A internacionalização do agronegócio e a questão agrária brasileira no Governo Bolsonaro. *Revista DKARA: Geografia em Debate*, João Pessoa, v. 17, n. 2, p. 513-543, 2023. Disponível em: <http://www.dkara.ufpb.br>. Acesso em: 15 ago. 2025.

ARAÚJO, D. F. C.; SOBRINHO, F. L. A. O avanço do neoliberalismo e a reforma agrária brasileira. *Geopauta*, [S. l.], v. 6, 2022. DOI: 10.22481/rg.v6.e2022.10947. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/rg.v6.e2022.10947>. Acesso em: 15 ago. 2025.

ARAÚJO, Daniel Féo Castro de; ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz. Agronegócio, financeirização e conflitos socioambientais: A reconfiguração do cerrado e a ascensão do MATOPIBA no capitalismo contemporâneo. *Revista Contexto Geográfico*, [S. l.], v. 10, n. 24, p. 460–475, 2025. DOI: 10.28998/contegeo.10i.24.20038. Disponível em: <https://periodicos.ufal.br/contextogeografico/article/view/20038>. Acesso em: 26 mar. 2026.

ARAÚJO, Daniel Féo Castro de; ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz. FINANCEIRIZAÇÃO DO TERRITÓRIO NO CERRADO: MATOPIBA, VERTICALIDADES E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS. *PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho*, [S. l.], v. 26, n. 1, 2026a. DOI: 10.33026/nh606e12. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/10957>. Acesso em: 26 mar. 2026.

ARAÚJO, Daniel Féo Castro de; ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz. Financeirização da agricultura no Brasil: dinâmicas e reconfigurações no agronegócio contemporâneo. *Revista Cerrados*, [S. l.], v. 24, n. 01, p.

22–53, 2026b. DOI: 10.46551/rc24482692202602. Disponível em:
<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/cerrados/article/view/8714>. Acesso em: 26 mar. 2026.

BLACK, C. Preços de commodities, termos de troca e crescimento econômico brasileiro nos anos 2000. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 27-44, 2015.

BRASIL. **Decreto nº 8.447, de 6 de maio de 2015**. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA e criação de seu Comitê Gestor. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 maio 2015. Acesso em: 23 ago. 2025.

BÜHLER, Ève Anne. Modalidades de legitimação da fronteira agrícola e contradições da regulação ambiental no Matopiba. In: MARQUES, Marta Inez Medeiros; ALVES, Vicente Eudes Lemos (org.). **A fronteira do Matopiba: as novas faces da expansão do capital e seus conflitos**. São Paulo: FFLCH/USP, 2024. p. 94-124.

BUSCA, Matheus Deziderio. **Agricultura familiar e agricultura científica globalizada: relações e contradições no uso agrícola do território nos municípios do MATOPIBA baiano**. 2024. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2024.

BUSCA, Matheus Dezidério. O agronegócio da soja nos municípios de Barreiras/BA e Luís Eduardo Magalhães/BA: uma análise da relação entre agentes e espaço a partir do uso agrícola do território. **Boletim Campineiro de Geografia**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 409–423, 2020. DOI: 10.54446/bcg.v10i2.493. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2794>. Acesso em: 21 set. 2025.

CARDOSO, Eduardo Schiavone; LOTTERMANN, Diulha Prestes. O Matopiba e a sua diversidade: considerações acerca das delimitações estabelecidas a partir dos critérios de Microrregiões Geográficas e Regiões Geográficas Imediatas. In: MARQUES, Marta Inez Medeiros; ALVES, Vicente Eudes Lemos (org.). **A fronteira do Matopiba: as novas faces da expansão do capital e seus conflitos**. São Paulo: FFLCH/USP, 2024. p. 125-149.

CARNEIRO, R. M. **Commodities, choques externos e crescimento: reflexões sobre a América Latina**. Santiago do Chile: CEPAL, 2012. Disponível em:
http://www.cepal.org/de/publicaciones/xml/0/45770/Serie_CARNEIRO_ok.pdf. Acesso em: 01 fev. 2026.

CASTILLO, Ricardo; ELIAS, Denise; PEIXINHO, Dimas; BÜHLER, Ève-Anne; PEQUENO, Renato; FREDERICO, Samuel. Regiões do agronegócio, novas relações cidade-campo e reestruturação urbana. **Revista da ANPEGE**, v. 12, n. 18, p. 265-288, 2016.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

EGGER, Daniela da Silva. **A crise de 2008 e as repercussões nos regimes de propriedade e uso da terra no MATOPIBA**. 2023. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 153, 2011. DOI: 10.22296/2317-1529.2011v13n2p153. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/400>. Acesso em: 21 set. 2025.

ELIAS, Denise. Globalização, agricultura, agronegócio e reestruturação urbano-regional no Brasil. In: MARQUES, Marta Inez Medeiros; ALVES, Vicente Eudes Lemos (org.). **A fronteira do Matopiba: as novas faces da expansão do capital e seus conflitos**. São Paulo: FFLCH/USP, 2024.

ELIAS, Denise. Agronegócio globalizado e (re)estruturação urbano-regional no Brasil. **Revista de Geografia, Recife**, v. 39, n. 2, p. 290-305, 2022.

FREDERICO, Samuel; NASCIMENTO, Rodrigo Cavalcanti do. **Financeirização da agricultura e renda da terra. **Revista Campo-Território**, [S. l.], v. 19, n. 57, p. 44-80, 27 nov. 2024.
<http://dx.doi.org/10.14393/rct195775055>.

GOMES, Carla Morsch Porto; LEITE, Sergio Pereira. Financeirização e land grabbing: problematizando transformações recentes na expansão da fronteira agrícola do Matopiba. In: MARQUES, Marta Inez Medeiros; ALVES, Vicente Eudes Lemos (org.). **A fronteira do Matopiba: as novas faces da expansão do capital e seus conflitos**. São Paulo: FFLCH/USP, 2024. p. 222-255.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.

HARVEY, David. **O enigma do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.

IBGE. **Censo Agropecuário**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 03 out. 2024.

IBGE. **Censo Demográfico**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25089-censo-1991-6.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 04 out. 2025.

IBGE. **Lista de municípios do Matopiba**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/34329-matopiba.html>. Acesso em: 19 ago. 2025.

IBGE. **Pesquisa Agrícola Municipal**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/5938>. Acesso em: 04 out. 2025.

LEITE, Acácio Zuniga; SÁTIRO, Guadalupe Souza; SAUER, Sérgio. Conflitos socioambientais no Matopiba: expropriação, exploração e acumulação na fronteira agrícola brasileira. In: MARQUES, Marta Inez Medeiros; ALVES, Vicente Eudes Lemos (org.). **A fronteira do Matopiba: as novas faces da expansão do capital e seus conflitos**. São Paulo: FFLCH/USP, 2024. p. 428-466.

LOPES, Alberto Pereira. Conflitos no campo no estado do Tocantins no século XXI: as velhas e novas faces do agronegócio. In: MARQUES, Marta Inez Medeiros; ALVES, Vicente Eudes Lemos (org.). **A fronteira do Matopiba: as novas faces da expansão do capital e seus conflitos**. São Paulo: FFLCH/USP, 2024. p. 396-427.

LOPES, Gabriela Russo; LIMA, Mairon G. Bastos; REIS, Tiago N. P. dos. **Maldevelopment revisited: Inclusiveness and social impacts of soy expansion over Brazil's Cerrado in Matopiba**. World Development, v. 139, p. 105316, 2021.

MACEDO, Fernando Cezar de; STOFFEL, Janete; VELOSO, João Pedro Alves. A constituição da economia regional do Matopiba: Estado, fundos territoriais e exploração da força de trabalho. In: MARQUES, Marta Inez Medeiros; ALVES, Vicente Eudes Lemos (org.). **A fronteira do Matopiba: as novas faces da expansão do capital e seus conflitos**. São Paulo: FFLCH/USP, 2024. p. 331-364.

MAPBIOMAS. **Infográficos: a paisagem do Brasil em um clique**. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/infograficos/>. Acesso em: 29 ago. 2025.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Expansão do capital no campo brasileiro e a fronteira agrícola do Matopiba no contexto da mundialização financeirizada. In: MARQUES, Marta Inez Medeiros; ALVES, Vicente Eudes Lemos (org.). **A fronteira do Matopiba: as novas faces da expansão do capital e seus conflitos**. São Paulo: FFLCH/USP, 2024. p. 24-60.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (Coleção Os Economistas).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A questão agrária no Brasil e a fronteira do Matopiba**. In: MARQUES, Marta Inez Medeiros; ALVES, Vicente Eudes Lemos (org.). **A fronteira do Matopiba: as novas faces da expansão do capital e seus conflitos**. São Paulo: FFLCH/USP, 2024. p. 1-32.

OSÓRIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: OSÓRIO, Jaime et al. (org.). **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 37-86.

POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Editora Elefante, 2021. 392 p.

PROJETO MAPBIOMAS. **Coleção 10 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil**. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/colecoes-mapbiomas/>. Acesso em: 19 ago. 2025.

PROJETO MAPBIOMAS. **Coleção 9 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil**. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/colecoes-mapbiomas/>. Acesso em: 19 ago. 2025.

PROJETO MAPBIOMAS. **Legenda Coleção 10 - Descrição Detalhada**. Disponível em: https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2025/08/Legenda-Colecao-10-Descricao-Detalhada-PDF_PT-BR_EN.pdf. Acesso em: 19 ago. 2025.

PROJETO MAPBIOMAS. **Plataforma MapBiomass Alerta**. Disponível em: <https://plataforma.alerta.mapbiomas.org/>. Acesso em: 03 out. 2024.

PROJETO MAPBIOMAS. **Visão Geral da Metodologia**. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/visao-geral-da-metodologia/>. Acesso em: 19 ago. 2025.

RAÚJO, Maria Odete Freire de. **Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: um estudo de caso sob o enfoque da teoria crítica**. 2022. 151 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

SANTOS, Edilene de Jesus. **Agronegócio, meio ambiente e desenvolvimento regional: perspectivas e contradições recentes da produção de grãos no Oeste baiano**. 2022. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

SANTOS, Maureen; GLASS, Verena (org.). **Atlas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2006.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. Tradução de Angelica Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

SAUER, Sérgio. Eco-agrarian question: land and green grabbing in the Brazilian agricultural frontier. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON GLOBAL LAND GRABBING, Bogota, 2024. Land Deal Politics Initiative (LDPI) **Conference Paper**, n. 22, 2024.

SAUER, Sérgio. **Questão eco-agrária: extrativismo agrário, mudanças climáticas e desmatamento no Brasil**. Revista NERA, Presidente Prudente, v. 27, n. 2, p. 1-36, 2024.

SILVA, José Danilo Santana. **A Geografia e a dissimulação da crise estrutural na trilha do agronegócio e da barbárie**. 2024. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2024.

SVAMPA, Maristella. **Consenso de los Commodities**” y lenguajes de valoración en América Latina**. Nueva Sociedad, n. 244, p. 30-46, 2013.

SVAMPA, Maristella. Las fronteras del neoextractivismo em América Latina: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias. **Bielefeld: Bielefeld University Press**, 2019.